

CONSIDERAÇÕES E INDICATIVOS DA ASSEMBLEIA NACIONAL DE 9 DE OUTUBRO 2025

A Direção Nacional convocou Assembleia Nacional, em caráter extraordinário, para o dia 9 de outubro, para deliberação sobre o uso de recursos do Fundo de Mobilização para ações de mobilização da categoria no enfrentamento à tramitação da Reforma Administrativa proposta pelo Congresso Nacional.

Nesta assembleia, a categoria irá deliberar também sobre proposta aprovada pelo Conselho de Delegados Sindicais, relativa a pleito da Delegacia Sindical de Santos.

Neste momento (7/10), há uma minuta de Proposta de Emenda à Constituição publicada no site da Câmara dos Deputados, ainda não publicada como PEC, que tem como primeiro signatário o deputado federal Pedro Paulo (PSD/RJ). Nos termos em que foi divulgada, a PEC será de iniciativa de parlamentares e por isso precisará de 171 co-autores para tramitar.

A proposta de Reforma Administrativa cuja minuta está circulando contém uma série de ameaças ao serviço público. Altera modelos remuneratórios já acordados entre governo e diversas categorias, precariza a estabilidade do servidor, modifica regras de progressão e estrutura de carreiras, aumenta a participação de temporários com contratos de longo prazo, congela e suprime benefícios, entre outros pontos diretamente ligados ao cargo de Auditor-Fiscal que serão detalhados mais adiante nestas considerações.

Análise realizada por consultoria especializada que atende a Direção Nacional indica que o texto contém mais de 250 alterações ao texto vigente na Constituição, seja mediante a alteração a dispositivos em vigor, seja a inclusão de novos artigos, incisos, parágrafos ou alíneas, e dispositivos constitucionais autônomos ou regras de transição de nível constitucional.

A proposta em discussão no Congresso representa uma ameaça direta à estrutura do Estado brasileiro. O projeto desmonta pilares essenciais da administração pública: permite múltiplos regimes de contratação sem estabilidade, enfraquece a paridade entre ativos e aposentados, autoriza a extinção de cargos ocupados e impõe limites de gastos que congelam salários e inviabilizam reajustes, independentemente da realidade fiscal ou social.

Fica evidente que esta proposta de Reforma Administrativa é patrocinada pelo setor empresarial com objetivo de desestruturar o Estado brasileiro e abrir espaço para a privatização dos serviços públicos. Na prática, isso significa um Estado mais vulnerável a pressões políticas e menos capaz de garantir políticas públicas universais. O texto até agora disponibilizado ameaça a própria lógica do serviço público, substituindo o compromisso com o interesse coletivo por uma lógica de resultados imediatos e gestão de mercado.

CONSIDERAÇÕES AO INDICATIVO 1 – A proposta de Reforma Administrativa em discussão no Congresso representa uma ameaça concreta e direta às conquistas históricas do conjunto dos servidores públicos federais e também atinge especificamente os Auditores-Fiscais, entre elas:

Ameaça ao Bônus de Eficiência: as propostas da minuta de PEC pretendem engessar a concessão de bônus por produtividade, inviabilizando o modelo do bônus de eficiência da Receita Federal do Brasil.

Ruptura da paridade com aposentados: a proposta proíbe expressamente a extensão de bônus aos aposentados, inviabilizando a luta pelo bônus integral e colocando em risco o modelo atual da Receita Federal.

Retrocesso no teletrabalho: o modelo de teletrabalho integral, consolidado com sucesso na Receita Federal, está sob ameaça. A PEC impõe limites rígidos e exige presença física desnecessária, ignorando os ganhos de produtividade, a redução de custos e a melhor qualidade de vida proporcionados pelo regime atual.

Diante deste cenário, a união e a organização imediatas da categoria são imperativas.

No **Indicativo 1**, a categoria irá deliberar pela utilização, em valores estimados de R\$ 550 mil reais, do Fundo de Mobilização, para custear a participação de Auditoras e Auditores-Fiscais na Marcha Nacional do Serviço Público, que será realizada no dia 29 de outubro, em Brasília, às 9h, em frente ao Museu Nacional. A iniciativa da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público já tem adesão de dezenas de entidades, entre elas o Sindifisco Nacional. O recurso será utilizado para despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação dos participantes. O Fundo de Mobilização tem, atualmente, R\$ 1.960.326,96.

O Sindifisco Nacional vem atuando de forma constante e propositiva nos debates sobre a Reforma Administrativa, tanto em audiências públicas da Câmara dos Deputados, quanto em reuniões diretas com parlamentares. Em junho, o presidente do sindicato, Dão Real Pereira dos Santos, participou de audiência na Câmara dos Deputados promovida pelo Grupo de Trabalho da Reforma, na qual já alertava que o projeto parte de premissas equivocadas ao tratar o Estado como um problema fiscal. Em setembro, o Sindifisco participou, no plenário da Câmara dos Deputados, da comissão geral convocada pelo presidente da Câmara, Hugo Mota, para debater a Reforma Administrativa e também declarou a preocupação da proposta comprometer as garantias necessárias que devem proteger o atual e o futuro servidor público.

A entidade realizou dois webinars, nos dias 30 de julho e 2 de outubro, que reuniram parlamentares, especialistas e lideranças sindicais para debater as ameaças da minuta que circula no Congresso Nacional. As ações se somam a uma mobilização ampla com outras entidades.

Agora, com a apresentação da minuta assinada pelo coordenador do Grupo de Trabalho, deputado Pedro Paulo, a perspectiva de tramitação rápida, sobretudo com a possibilidade de que o Congresso aprove o regime de urgência para a votação, a Direção Nacional conclama a categoria a se mobilizar no enfrentamento a essa pauta com objetivo de sensibilizar os parlamentares para que a proposta não avance.

Como já dito acima neste documento, a minuta para PEC da Reforma Administrativa altera e intervém em modelos remuneratórios dos servidores públicos. Pode, inclusive, alterar o Projeto de Lei que consolidará o acordo salarial dos Auditores negociado com o governo federal.

O Projeto de Lei com o acordo celebrado deverá ser enviado para o Congresso Nacional na próxima semana. O Ministério da Gestão e Inovação (MGI) aguardava o fim da negociação com outras categorias, que foram encerradas, para enviar um único PL com três acordos. Para a Direção Nacional, a reunião de mais acordos de diferentes categorias no PL é positiva para a plena aprovação do projeto e para uma rápida tramitação.

A Direção Nacional tem cobrado intensamente do MGI, do Ministério da Fazenda e de diversos interlocutores no governo federal a conclusão da negociação salarial e a importância de dar encaminhamento urgente assegurando o cumprimento integral do compromisso assumido pelo governo. A cobrança foi pauta também de reunião, no dia 6, com o chefe do Gabinete Pessoal do Presidente da República, Marco Aurélio Santana Ribeiro (Marcola).

A DIREÇÃO NACIONAL ENCAMINHA FAVORAVELMENTE AO INDICATIVO 1

O **Indicativo 2** refere-se a proposta aprovada pelo Conselho de Delegados Sindicais (CDS) em reunião de 27 a 29 de fevereiro de 2024:

- Que os gastos com divulgação de mobilização executados pelas Delegacias Sindicais sejam ressarcidos pelo Fundo de Mobilização.

Com base em tal proposta, a Delegacia Sindical de Santos pleiteou reembolso de gastos descritos abaixo:

PROTOCOLOS	DATA DO ENCAMINHAMENTO NO PORTAL DE SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	VALORES
13019 13020 13021 13036	08/07/2022	Assessoria de Imprensa Alessandra Armstrong Arnosti - Coberturas atos e reunião referente a mobilização de janeiro a junho de 2022	27.437,76
13059	26/07/2022	Captação e edição de imagens – Alfândega do Porto de Santos com o objetivo de produção de vídeos para a mobilização dos Auditores Fiscais. O material também tem o objetivo de ser fornecido a imprensa local e nacional	3.600,00
14436	16/02/2024	Assessoria de Imprensa Alessandra Armstrong Arnosti - Coberturas atos e reunião referente a mobilização meses dezembro, janeiro e fevereiro 2024	15.542,02
TOTAL			46.579,78

Por entender que as despesas objeto do pedido não estavam amparadas pela necessária deliberação de assembleia nacional, como prevê o art. 90, § 1º do Estatuto do sindicato, a Diretoria de Administração e Finanças indeferiu o pedido.

A DS Santos manifestou então o entendimento de que tal proposta fosse levada à assembleia nacional, tendo sido apresentado nova proposta na reunião do CDS de 26 a 28 de agosto de 2025:

- Aprovação de indicativo para a próxima assembleia nacional extraordinária de reembolso de despesas de mobilização da DS Santos, conforme já aprovado em CDS de 27 a 29/02/2024, proposta 5.1.

Em que pese que a proposta acima não tenha sido votada na reunião do CDS de agosto último, por falta de tempo hábil, a Diretoria Executiva Nacional resolveu submeter o pedido da DS Santos à necessária apreciação desta assembleia nacional, já que o caso trata de uso excepcional de recursos do Fundo de Mobilização (art. 90, § 1º).

Os Auditores-Fiscais devem deliberar, portanto, à vista da documentação que acompanha o pedido da DS Santos (ANEXO ÚNICO), se autoriza o reembolso com a utilização dos recursos do Fundo de Mobilização.

**INDICATIVOS PARA A ASSEMBLEIA NACIONAL DE 9 DE OUTUBRO
DE 2025**

Favor encaminhar o resultado por meio do Portal de Serviços.

DS: _____

Nº de Auditores-Fiscais presentes:

Ativos: ____ Aposentados: ____ TOTAL: _____

INDICATIVO 1: Os Auditores-Fiscais presentes à Assembleia Nacional aprovam a utilização de recursos do Fundo de Mobilização para custear a participação de Auditores e Auditoras-Fiscais na Marcha Nacional do Serviço Público, de acordo com as considerações deste documento.

- a) Sim
- b) Não
- c) Abstenção

INDICATIVO 2 – Os Auditores-Fiscais, reunidos em assembleia nacional, aprovam o reembolso de despesas solicitado pela DS Santos, no valor de R\$45.579,78, com recursos do Fundo de Mobilização.

- a) Sim
- b) Não
- c) Abstenção